TL1329-30

C O M U N I C A Ç Ã O

Gaspar da Costa Sobral

V Jornadas sobre Timor-Leste da Universidade do Porto

22 a 29 de Julho de 1993

Granja do Ulmeiro — 8 de Junho de 1993

Organização Política para Timor

Considerações gerais

Assistimos, nesta última década, a acontecimentos históricos importantes, na Europa de Leste, depois de anos de repressão. Assistimos a processos de democratização em vários países, mais ou menos sangrentos, e o desmembramento da antiga União Soviética em vários estados independentes. Angola não deixa ninguém indiferente, com toda a desgraça e miséria causada pela guerra. Se existe algum desafio verdadeiro à humanidade, sequiosa de paz e desenvolvimento, este, sem dúvida passa pelo reconhecimento dos erros que foram cometidos e evitá-los no futuro. A chamada POLITICA REALISTA, adoptada pelas grandes potências, foi e é responsável pelo nosso mundo actual.

Como referiu a autora-jornalista, Charlayne Hunter-Gault, no acto da entrega do prémio Kennedy, ao Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore e ao Jornalista Norte-Americano, Alan Nair, pela sua reportagem sobre o massacre de Díli, Timor-Leste, Somália, Sudão, Zaire, Bósnia, entre outros, constituem as chamadas "guerras pequenas e desagradáveis, guerras em que as balas não conhecem limites", e que a administração Clinton parece estar sensibilizado para uma mudança na sua política, nesse sentido.

É neste contexto que a questão de Timor-Leste deve ser pensada, com a situação, francamente favorável a Resistência.

Bill Clinton, em Julho, estará com Suarto, em Jakarta. Diz a experiência, que, faz-se melhor negócio em nossa casa do que fora dela. O regime da indonésia, tentará jogar forte em sua casa com Bill Clinton. Resta a Resistência e as organizações não governamentais avisar a Administração Clinton sobre a tática das promessas nunca cumpridas, ou mal cumpridas que a Indonesia é extremamente fértil.

Os apoios que neste momento se registam a todos os níveis diplomáticos a favor da questão de Timor-Leste, cria cada vez mais um ambiente francamente favorável à Resistência. O papel que hoje as organizações não governamentais de todo o mundo estão a desempenhar, constitui, a meu ver, outra face da resistência contra o regime de Suharto, um factor importante no desmantelamento sistemático das mentiras indonésias, e uma pressão internacional que incomoda e inquieta as autoridades indonésias.

Rua Detrás da Quinta, 20, r/c Esquerdo, Granja do Ulmeiro, 3130 SOURE ☎ e Fax 039/66207

O Julgamento do comandante Xanana Gusmão e a mobilização geral que se verificou em torno dessa farsa, não deixou nem deixa indiferentes os generais e ministros indonésios.

A mudança da postura do governo Norte Americano, se em parte se deveu a personalidade de Bill Clinton, com o seu passado de lutador pelos direitos humanos, e também de Al Gore, um amigo de Timor, não deixa de ser decisiva a pressão de personalidades como Clayborn Pell, Bispo Paul Moore, Jornalista Alan Nair e das ONG. Foi dificílima esta mudança, mas aconteceu, para bem da luta do povo Mau-Bere.

Todos os timorenses não podem ficar indiferentes a estas mudanças tão significativas. Elas devem constituir objecto de reflexão séria, sobre a responsabilidade que isso representa, para cada timorense, no processo de libertação de Timor. Significa tão só questionar sobre o que fazemos, o que devemos fazer, como fazer, quando e onde;

É altura de cada timorense perguntar aos dirigentes políticos se querem pôr primeiro a carroça à frente dos bois, ou seja, discutir questões partidárias (ad eternum), ou empenhar-se numa discussão séria em torno da questão central que é a AUTODETERMINAÇÃO. Só haverá bom trabalho dos dirigentes políticos quando interiorizarem o sofrimento permanente dos que, no interior do país ocupado, sofrem humilhação de toda a ordem, torturas, morte e desaparecimentos.

Posto isto, vou entrar na questão do tema que pretendo desenvolver: **Organização Política para Timor.**

ORGANIZAÇÃO TRANSITÓRIA

Princípios Gerais - O valor ético mais importante para as pessoas é a **vida**. Todos nós sabemos que é assim. Mas, dito no abstracto, muitas vezes é objecto de desprezo. Porque, as pessoas só entendem aquilo que vêm, e lhes toca na vida concreta do dia a dia. A vida, esse bem essencial e primeiro de todos os bens, requer condições para o seu desenvolvimento normal. Uma dessas condições é a **Paz**. Sem a paz a vida torna-se precária. Mas, a Paz, depende das pessoas. Os homens são os construtores ou destruidores da Paz. Sabemos, da vida real, que, quando alguém pretende impor qualquer coisa à força a outra pessoa, gera necessàriamente conflitos. O que evita muitas vezes os conflitos é o **diálogo**. O diálogo, requer certas condições para poder ser útil, dar bons resultados, levar os homens ao entendimento. A condição número um é a **seriedade** e **franqueza**. Mas, seriedade e franqueza, sem **saber** e **competência**, na política, redunda em desastre. O verdadeiro saber, e competência, é **humilde** e atento. Desenvolve com o tempo, e aprende com todas as pessoas. Desde o saber do humilde

camponês até o eminente professor catedrático e cientista. Afinal, a democracia e a liberdade são produtos da conjugação daquelas qualidades humanas. A ausência daqueles qualidades na formação dos políticos, é directamente responsável dos conflitos que hoje assistimos no mundo. A guerra é produto da apetência do poder pelo poder, pelos homens. Homens com formação académica elevada, tecnocratas puros sem consciência da realidade humana multifacetada e ignorantes dos valores éticos essenciais à vida.

Do que foi dito, conclui-se, em resumo: o princípio do respeito e preservação da vida; o princípio do diálogo; o princípio da seriedade e franqueza; o princípio da humildade e honestidade políticas, devem pautar o comportamento dos que pretendem protagonizar o processo de paz para Timor.

Esta pequena introdução tem por objectivo informar as pessoas sobre o suporte da minha reflexão, quando escolhi o tema, "Organização Política para Timor, (Organização transitória e para depois da independência)". A Paz é o objectivo fundamental nesta reflexão solitária, pensando contribuir, desta forma humilde, e com seriedade, com o lançamento de ideias para debate entre os homens do saber e da ciência, destas coisas da política. Acredito que Timor encontrará a Paz, depois da Independência, quando, a organização política para a futura nação e Estado Timorense, assentar os seus alicerses em instituições capazes de permitir em total liberdade, a crítica e o diálogo construtivos. Só com a paz é possível o desenvolvimento e progresso equilibrado, assente em pricípios éticos. Um progresso sustentável, como hoje se diz, respeitando a natureza, fonte da verdadeira harmonia entre o homem e o seu mundo.

Transição para a Independência - O processo de transição para a Independência, é um processo necessàriamente complexo. As ex-colónias portuguesas conheceram as suas independências por formas muito aceleradas. A razão principal é que, existiam no terreno a combater, durante anos, contra o colonialismo, (Angola, Moçambique e Guiné) movimentos com forte implantação na população. Após o 25 de Abril, Portugal não tinha outra alternativa, senão, conceder a independência. Portugal tinha acabado de sair de uma ditadura de mais de 40 anos, sem experiência política, para, friamente, desenvolver um processo regular de descolonização. Pressionado pelos movimentos de libertação e pela comunidade internacional interessada em tirar dividendos das então, ainda, colónias portuguesas; envolvido em problemas no continente de difícil solução, Portugal rendeu-se totalmente às pressões. O resultado, cada um tire as suas ilações, tendo em vista os tristes acontecimentos de Angola e Moçambique.

Não se nega o direito a Independencia. Como tudo na vida, o que é feito à pressa, muito raras vezes é bem feito. O que é feito à pressa não pode ser objecto de reflexão madura e

ponderada. Toda a gente com consciência, sabe que é assim. Os acontecimentos de Angola e Moçambique, não podem deixar indiferentes os políticos. Guerra, massacres, fome e miséria, constituem o dia a dia de milhares de inocentes. É na observação atenta dos acontecimentos da história que os políticos devem aprender a corrigir os erros. O maior erro, nas ex-colónias foi a concessão da independência imediata, sem o mínimo de um período de adaptação.

Timor, não pode cair nos mesmos erros. O processo de transição para a Independência, deve, antes de mais, envolver as partes interessadas, e acautelar os seus reais interesses em conflito. A seguir, encontrar soluções que não conflituem com os interesses de países vizinhos como a Austrália, e de uma maneira geral, os países Asiáticos. Depois, estudar com frieza e seriedade, modelos ou formas, que garantam a participação democrática de todos os timorenses, na vida política.

A transição para a independência, requer, assim, etapas, que deverão ser bem ponderadas e estudadas, com vista a conseguir-se uma paz, em primeiro lugar, para o período que se julgue necessário para a Independência total.

As etapas que considero essenciais, e, de resto, parecem-me lógicas, são as seguintes:

1 - **Substituição das Forças Armadas Indonésias** - A primeira acção a desenvolver, a nível interno, parece-me inquestionável: a substiuição das forças armadas indonésias por forças das Nações Unidas, ou outras a serem encontradas em consenso. Trata-se de facto, como é sabido, uma questão de direito internacional, uma violação pelo Estado Indonésio do Direito a Autodeterminação do povo de Timor-Leste. Uma rebelião do regime de Suharto contra a Comunidade internacional assente no desrespeito das regras mais elementares de convivência pacífica, resultando daí a necessidade de repor a legalidade violada de forma violenta, pela Indonésia. Portanto, uma responsabilidade essencialmente da comunidade internacional, numa exigência feita a Indonésia, para repor a legalidade e respeito dos direitos humanos, em primeiro lugar, o Direito a Autodeterminação. As forças armadas das N. U. ou outras a serem encontradas em consenso, terão, como função principal: ***primeiro***, o desarmamento de todos os guerrilheiros e timorenses; ***segundo***, a fiscalização rigorosa das fronteiras aéreas terrestres e marítimas com a Indonésia, por forma a evitar todas as tentativas de introduzir armamento clandestino através da Indonésia, e, assim, desestabilizar o processo; ***terceiro***, assegurar a estabilidade interna; ***quarto***, assegurar a actividade e livre circulação de organizações humanitárias para que as possíveis ajudas internacionais às populações possam chegar ao seu destino, na fase de transição.

2 - O referendo - Parece-me crível que o regime da Indonésia , em desespero de causa, acabaria por concordar, mas contrafeito, com o referendo, tentando daí jogar a sua última cartada, através de subornos ou influências sobre os seus seguidores, em Timor-Leste. O referendo é o meio privilegiado para se concluir sobre a vontade real do povo Mau-Bere, quanto as suas opções políticas sobre a administração futura de Timor-Leste: Independência, Indonésia, ou Portugal. As perguntas a serem formuladas serão objecto de estudo das partes directamente interessadas no processo: ONU, Portugal, Indonésia e a Resistência (Igreja de Timor e CNRM). O referendo é um processo muito complexo, pelo menos para o caso de Timor, em que as opções não são lineares. Por exemplo, a integração à Indonésia poder-se-á ser feita pela via autonómica. Aliás, o próprio D. Ximenes Belo já exprimiu essa vontade, a meu juízo, e com o devido respeito, errado. Para um regime ditatorial não será possível tal autonomia. Fala-se igualmente de federação com Portugal... enfim... não será muito fácil o processo do referendo. Convido os dirigentes timorenses e portugueses que reflictam ponderadamente sobre este tema.

3 - Opção pela Independência - O resultado do referendo ditará os caminhos posteriores a seguir. Caso venha a verificar-se um resultado favorável à integração à Indonésia, pessoalmente não acredito, ou a Portugal, o processo e a responsabilidade da Comunidade Internacional, extinguem-se no momento preciso do conhecimento do referido resultado. Timor passaria a ser assunto interno dos referidos países. A opção pela independência conduzirá a uma fase de transição, que é objecto da minha humilde reflexão, a seguir.

4 - Governo provisório - Estabelecimento de um governo provisório, a substituir a administração Indonésia, que será encontrado por consenso pelas partes interessadas: Comunidade Internacional, representada pelas Nações Unidas; Portugal como potência administrante; a Indonésia como ocupante do território e os interessados principais, os timorenses, através do CNRM (Conselho Nacional de Resistência Mau-Bere), e a Igreja Católica de Timor. Mais concretamente, representante ou representantes da Comunidade Internacional indicados pelo Secretário Geral das ONU; representante/s do Governo Português; representante/s do governo da Indonésia; representante/s do C.N.R.M. (Xanana Gusmão ou J. M. Ramos Horta) e a Igreja Católica, através de D. Ximenes Belo ou outra autoridade eclesiástica a ser indicada pela Igreja católica de Timor. Há quem defenda que os partidos políticos timorenses deverão participar na discussão sobre as formas possíveis desse governo provisório. Pessoalmente não encontro razões plausíveis para sustentar tal tese. Isto porque, assim sendo, teremos que auscultar todas as sensibilidades políticas existentes. Os partidos políticos são apenas organizações políticas timorenses sem qualquer veredicto popular que os legitime como

representantes do povo. Só através de eleições livres poder-se-ão apurar, em termos percentuais, a sua representatividade junto do povo. Seja a UDT, seja a Fretilin, ou outro partido político qualquer, não têm legitimidade para se pronunciarem como representantes do povo, antes de eleições livres.

Para o Governo Provisório,(o líder da resistência, designou-a por *administração transitória*) o próprio comandante Xanana Gusmão sugeriu a figura de um "**Alto-Comissário**, representante de Portugal, para um período não superior a cinco anos". Só a reflexão séria e preocupada pela PAZ em Timor-Leste, teria levado a tal conclusão, a meu ver, de uma responsabilidade e lucidez inquestionáveis. Xanana acrescentaria: " Será nesse período que Portugal e Timor-Leste assentarão uma data para as eleições gerais e para a entrega da soberania aos representantes do povo Mau-Bere". (doc. Timor-Leste-algema de lágrimas, pg. 10 alínea b)

Funções do Governo Provisório - Este governo provisório terá como tarefas fundamentais: **a)** elaborar a **lei eleitoral**; **b)** preparar as condições reais e institucionais com vista as eleições livres para a constituiente; **c)** reorganizar toda a administração pública por forma a torná-la funcional e democrática, a fim de permitir o decurso normal das eleições.

A lei eleitoral elaborada pelo governo provisório terá **a** seu período de vigência até a normalização total das condições políticas em Timor-Leste, ou seja, até a instalação de um **governo de transição**, que, no documento referido de Xanana, ele designou por "Governo de Unidade Nacional"(Doc.Timor-Leste-algema de lágrimas, pg. 10 alínea D.) Para o período correspondente ao governo de transição (ou de *Unidade Nacional*), o comandante da Resistência Mau-Bere advogou um **período de 5 a 15 anos**.(pg. 10 *op. cit.* doc.). Mais uma vez, realço o sentido de responsabilidade de Xanana Gusmão, que demonstra uma consciência profunda da realidade timorense e do mundo, e a noção exacta do perigo de uma independência Total e imediata.

5 - **Assembleia constituinte**. Com vista a apurar a representatividade dos partidos políticos no terreno, e a elaboração de uma constituição, serão organizadas eleições livres pelo Governo provisório, para a Assembleia Constituinte, que terá a função principal de elaborar a Constituição. Como não podia deixar de ser, numa sociedade que se pretende democrática e moderna, com um regime pluripartidário, a sistemática constitucional a adoptar, não pode afastar-se muito, da que é habitualmente utilizada pelos países democráticos, ou seja, uma constituição dividida em **quatro partes**: A primeira dedicada aos **direitos fundamentais**; a 2ª a **organização económica**: a

terceira a **organização política** e finalmente, a parte dedicada às garantias e revisão dessa própria Constituição para depois da independência.

Não vejo, sinceramente, como se poderá fugir a este esquema, quando o líder da resistência, comandante Xanana Gusmão, e a maioria dos timorenses, advogam um regime pluripartidário.

Como um aparte importante, parece-me que os dirigentes dos partidos políticos timorenses, principalmente estes, e, de um modo geral, todos os timorenses, devem, desde já reflectir sobre os modelos de administração a adoptar em Timor-Leste, tendo em vista as raízes culturais e a organização administrativa tradicional. Uma administração moderna e democrática que respeite as tradições da organização tradicional, adaptando-a e corrigindo-a, para melhor servir o povo, ao serviço, fundamentalmente, da paz social, do progresso equilibrado e sustentável, que todos, legitimamente aspiramos. Estes modelos deverão ser objectos de estudo comparativo, e discutidos, como é natural, em sede própria , que será, a futura Assembleia Constituinte, onde terão assento os partidos políticos saídos de eleições livres.

Não conheço a administração indonésia em Timor, na actualidade. Uma solução possível poderá assentar-se no modelo português antes do 25 de Abril com correcções que adaptem à situação actual. Uma solução mista encontrada entre a actual, a portuguesa, e a tradicional, constituem questões em aberto para discussão. Não sou de opinião que se decalquem modelos adoptados doutros países para a questão de Timor-Leste. Sou frontalmente em oposição a tal solução.

O exemplo de Macau - Estamos hoje a assistir a um processo, que quero acreditar, trará bons resultados: Macau. Sei que é um processo diferente, não com vista a uma independência, mas dirigido a uma futura reintegração de Macau, na República Popular da China. Um processo gradual em que a transição é feita com realismo, assente em princípios sérios e preocupações de assegurar uma sociedade de direito, e de paz social. Neste momento, decorrem em Macau, a reestruturação da administração pública e vários aspectos da vida social e ecomnómica, tudo acompanhado de infraestruturas essenciais para o desenvolvimento normal das instituições do país.

Infraestruturas sólidas para Timor - Timor carece de instituições sólidas, político-democráticas. A Democracia vive de ideais de solidadriedade, estrutura-se em instituições, realiza-se através de princípios éticos e jurídicos, e constrói-se através de hábitos e comportamentos democráticos, numa vivência mais ou menos longa. Portugal tem 19 anos de democracia, e deve servir-nos de exemplo. Depois de quase

vinte anos passados sobre o 25 de Abril, ainda existem pessoas intolerantes que ainda não compreenderam o que é a democracia. Isto, num país onde o nível académico médio e superior, é elevado. Com o que acabei de dizer pretendo apenas chamar a atenção para um facto, que é de uma importância hoje mais que evidenciada: Só através de um tempo longo se consegue consolidar infraestruturas e formar uma geração nova de agentes políticos, educada para a democracia, e capacitada para a realização de tarefas, em liberdade.

6 - Governo de transição - O governo de transição tomará posse no momento em que cessa a vigência do governo provisório. Sairá da Assembleia Constituinte e terá a composição e organização política que a mesma Constituição prever. Não esqueçamos que a fase de transição não é uma fase normal do exercício pleno da democracia. A fase de Transição constitui um período de governação tutelada pela comunidade internacional, em obediência a regras estritas que não ponham em perigo o valor da PAZ entre os cidadãos. Haverá, por isso, alguns cortes nas liberdades fundamentais.

Parece-me de importância capital, para que o governo de transição possa levar a bom termo, o período de transição, que a composição do governo seja assundo de estudo cuidado. A fase de transição, por se tratar de uma fase de lançamento e consolidação de infraestruturas económicas e de instituições políticas que garantam, no futuro, uma independência em democracia, a sua composição deve obedecer a requisitos de eficácia. Não esqueçamos que a questão de Timor-Leste é um problema da Comunidade Internacional. Por outro lado, Portugal, tem a responsabilidade de uma descolonização que não foi feita. Assim, lógico o raciocínio de que, à comunidade internacional deve caber as responsabilidades de manutenção da paz em Timor-Leste, e ao governo português a continuação do processo de descolonização interrompido a 7 de Dezembro de 1975. Em termos concretos: O *ministério da defesa* será dirigido por um militar das forças da ONU, com um efectivo numérico capaz de fazer face as necessidades de manutenção da paz e de fiscalização das fronteiras terrestres, aéreas e marítimas. O ministério mais importante a seguir ao da defesa, é o da economia. Este deverá ser entregue ao governo português, dada as responsabilidades no desenvolvimento de infraestruturas, estruturas e instituições, para dotar Timor-Leste das condições materiais para a Independência total. Portugal para além de ter o ministério das finanças à sua responsabilidade, terá sempre o **Alto Comissário** com poderes que não dependem da Assembleia da Nação Timorense. Terá poder de veto sobre as decisões da Assembleia. Chamo a atenção para o facto de a figura de Alto Comissário, nomeado pelo governo português, portanto, a sua legitimidade não advem do voto popular, ter poder de veto sobre as decisões da Assembleia da Nação Timorense, com legitimidade emanada directamente do povo.

Aparenta uma forma estranha do exercício da democracia. Repito, não esqueçamos nunca, que o período de transição é um período excepcional de exercício do poder, e que tem por objectivo preparar o exercício pleno da democracia depois da independência. Eu chamaria, uma **democracia tutelada**. Ou seja, o Alto comissário é nomeado directamente pelo governo português, um órgão de soberania democrático, com consentimento da Assembleia da Nação Timorense. A fim de assegurar a eficácia do processo, a Assembleia da Nação Timorense só pode rejeitar até o 2º candidato apresentado por Portugal. O terceiro será nomeado sem o consentimento da Assembleia.

15 a 20 anos de transição - A transição para a independência, deve, portanto, ser um processo longo. O prazo razoável será de 15 a 20 anos. Porque? Várias razões o justificam: O exemplo de Angola, em que, a formação acelerada de generais e responsáveis pela estrutura militar descambou no desastre que todos nós conhecemos. Não basta conhecer os princípios democráticos. O mais importante é vivê-las no dia a dia. O exemplo das outras ex-colónias, com excepção de Cabo-Verde, em que as estruturas económicas foram destruídas, depois de uma independência apressada, com pessoas nos lugares chaves da Administração, saídas de uma guerra em que foram protagonistas, durante anos, sem um período mínimo de readaptação a novas realidades. As necessidades mais importantes da população, entretanto, não foram satisfeitas, porque, verdade seja dita, as infraestruturas económicas existentes foram destruídas, com ausência total de pessoas competentes, ou, se as houve, completamente impotentes e sem meios para as restabelecer. Resume-se isto tudo, no seguinte: Independência imediata, para saciar, talvez, ambições de prestígio pessoal de meia dúzia de agentes políticos, a maioria incompetentes, sequiosos do poder. Quando isto acontece, reina a desordem, a anarquia, e funciona o clientelismo político, e a corrupção encontra ambiente propício, para se desenvolver. A população, com carências de toda a ordem, assiste impotente a 19 anos de destruição sistemática dos meios de produção e instala-se a miséria humana.

Para Timor, a solução prudente, repito, será: 15 a 20 anos de transição, para consolidar instituições, criar hábitos democráticos nas pessoas, e principalmente nos políticos saídos da guerrilha, actualizar e desenvolver as infraestruturas existentes, e criação de outras novas, dotando o país com meios políticos e económicos essenciais, para uma independência, onde todos possam contribuir com o desenvolvimento normal da sua personalidade e competência profissional, sem negar as suas opções ideológicas ou políticas.

A organização política e Administrativa de Timor - Durante todo o período da colonização portuguesa, a organização política e administrativa de Timor-Leste, como de resto das outras ex-colónias, assentava numa filosofia da nação portuguesa que se

estendia do Minho a Timor. Uma organização política assente num poder centralizado na Metrópole, com o seu ministério do ultramar, sediado em Lisboa. A Província portuguesa de Timor como então era designado, estava dividido em concelhos, e estes em postos administrativos. Depois vem os sucos, que por sua vez se subdividiam em povoações. Neste trabalho, importa conhecer as terras mais conhecidas que correspondiam aos antigos postos administrativos, e são as seguintes: Díli, Aileu, Ataúro, Bobonaro, Balibó, Cailaco, Lolo-Toi, Atabai, Fatu-Me'an, Fohorem, Suai, Fatu-Lulic, Tilomar, Naucatar, Pante Macassar, Ntibe, Passabe, Ermera, Atsabe, Liquiçá, Hato-Lia, Maubara, Boibau, Bazar-Tete, Lete-Foho, Baucau, Venilale, Baguia, Laga, Quelicai, Vemasse, Lospalos, Luro, Iliomar, Lautém, Tutuala, Laclubar, Fatu-Berliu, Manatuto, Barique, Lacló, Laleia, Ainaro, Same, Maubisse, Mape, Alas, Hato-Builico, Turiscai, Betano, Hato-Hudo, Viqueque, Ossú, Lacluta e Uatu-Carbau. O trabalho futuro da organização administrativa, deverá ter em conta as especificidades das gentes destas localidades, e agrupá-los por regiões. Penso que a melhor forma, e atendendo a área total de todo o Timor Oriental, de cerca de 19.000 Km2, é dividí-lo em três regiões principais: Nascente Centro e Poente. Destas regiões poder-se-iam pensar em sub-regiões, tendo em atenção as características próprias das mesmas, no aspecto físico e étnico-linguístico. Uma forma talvez mais fácil de agrupar aquelas localidades será através das línguas mais faladas. Assim temos o *tétum* embora falado por toda a gente, praticamente, circunscreve-se a Díli; o *mambai* estende-se do S de Díli até à costa oposta; *o quemac* localizada a Oeste, perto da fronteira; *o bunac*, localizado também a Oeste; *o tocodede*, na costa do NO; *o macassae*, de Baucau a costa Sul; o *dagadá*, no Extremo Este; *o baiqueno*, é falado em Oé-Cusse; *o galole*, em Manatuto.

Durante o período colonial, sobreviviam estruturas tradicionais com as suas próprias autoridades, os régulos, (liurais), cujos poderes se encontravam submetidos à administração colonial. Em 1971, ano em que saí de Timor, os liurais mais conhecidos e com algum prestígio eram: Guilherme de Atsabe e Gaspar Nunes de Maubara. O primeiro, depois da ocupação de Timor pela Indonésia, em 1975 e a proclamação da integração na Indonésia em 1976, viria a ser o primeiro governador da Indonésia em Timor-Leste.

A organização administrativa de Timor-Leste, será uma das tarefas do governo de transição, e caberia aos partidos políticos apresentarem propostas e soluções que garantam a funcionalidade e eficácia dessa mesma administração, agora alicersada em princípios democráticos, ou seja, uma administração descentralizada e desconcentrada do poder central.

Depois de 18 anos de luta, contra um regime de ditadura militar indonésio, um regime com alguma semelhança com o derrubado regime colonial português, mas sem

comparação possível com este em termos de métodos sanguinários e de terror, que o regime de Suharto é fértil, não faria sentido que se instalasse em Timor-Leste um regime, igual com apenas mudança de caras. Para Timor-Leste, só terá sentido, um regime pluripartidário, assente numa democracia com separação total dos poderes legislativo, executivo e judicial. Assim, a organização política de Timor-Leste, quer na fase transitória, com as excepções resultantes da situação especial daquela fase, quer depois da Independência, deverá obedecer a princípios democráticos, com uma administração descentralizada, moderna e eficaz, sem esquecer as características específicas de Timor-Leste, como atrás foi dito.

Na fase de transição, terá um governo central sediado em Díli, com um Alto Comissário, no topo da governação, tendo como assessor político o comandante Xanana Gusmão ou outra personalidade indicada por ele; uma Assembleia da Nação Timorense, saída de eleições livres, com poderes limitados, pelo poder de veto do Alto Comissário. Haverá um Conselho de Estado, constituído por autoridades tradicionais de prestígio reconhecido; por personalidades políticas de mérito comprovado e agentes culturais de reconhecido valor no meio timorense. Vários ministérios dependentes directamente do Alto Comissário, que acumula assim, a função de primeiro ministro. O lugar do Ministro da defesa será ocupado, no período de transição por um militar indicado pelas Nações Unidas, e o lugar do Ministro das Finanças será preenchido por um secretário de Estado das Finanças para Timor; será sempre um português nomeado e dependente directamente do Ministro das Finanças do Governo Português. Melhor dizendo, O Ministro das Finanças de Timor será o Ministro das Finanças de Portugal.

A justificação para o facto de o ministro da defesa ser um militar, indicado pelas Nações Unidas, tem a ver com a necessidade da manutenção da paz. Como foi dito atrás, não haverá durante o período de transição forças armadas ou para-militares nacionais. Haverá um órgão que poderá ser designado por Orgão de Vigilância e Desarmamento de Civis (OVDC), e que tem por função principal, fiscalizar e neutralizar toda e qualquer acção de grupos organizados e armados. Até a independência total, ou seja, durante todo o período de transição (20 anos?) não haverá forças armadas nacionais. Gostaria de citar aqui a opinião expressa pelo comandante Xanana Gusmão, quanto a questão das forças armadas: "que o efectivo humano e material do Exército a ser formado sob a responsabilidade de Portugal, será ditado pelas exigências da estabilidade regional...não descartamos a ideia de, no futuro, extinguirem-se as Forças Armadas, para permitir a Timor-Leste assumir o Estatuto de país pacífico e neutral, como contributo para a paz mundial". Não me parece que a opinião de Xanana, defendendo a organização do exército por Portugal tivesse alguma viabilidade. Acredito que, em certas circunstâncias é a

marcha dos acontecimentos que dita as opções a tomar. Seria óptimo que Timor-Leste, depois da sua independência não possuisse Forças Armadas e protagonizasse o estatuto de um Estado neutral.

Quanto ao Ministro das Finanças ser o Ministro das Finanças Português, representado pelo seu Secretário de Estado das Finanças para Timor, a justificação parece-me clara, se pensarmos na responsabilidade que Portugal tem na descolonização de Timor-Leste, interrompida com a invasão indonésia. A responsabilidade de Portugal no desenvolvimento e criação de infraestruturas para Timor, significa, que as despesas a serem gastas em Timor terão de ser previstas no Orçamento Geral do Estado, do Governo Português, e as explorações de solo e subsolo timorense, e as receitas daí resultantes, reverterão para os cofres do Estado Português, durante o período de transição. Portugal assumirá um compromisso, como de resto fez em Macau, com a comunidade internacional, de desempenhar com dignidade o seu papel de potência administrante: no campo político, assegurar um regime democrático para Timor-Leste depois da independência e criação de instituições que garantam o normal funcionamento da democracia;

O período de transição, significa, de certo modo, o regresso da administração portuguesa. A escassez de quadros qualificados timorenses, irá traduzir na substituição por quadros portugueses, que serão substituídos assim que se verifiquem a existência de efectivos timorenses para os mesmos lugares. Será uma prática constante até que todos os lugares, no momento da independência estejam completamente preenchidos por quadros timorenses. Haverá de certeza muito a fazer.

A par das classes dirigentes, outra das preocupações é a formação de quadros médios e profissionais, mais numerosos, para as várias actividades da vida social. Não vá acontecer, como adiante se verá, o que aconteceu em Cabo-Verde.

Quanto aos efectivos das Forças Armadas, e por se tratar de uma questão muito melindrosa, parece-me que o mais correcto seria a formação de uma geração completamente nova de oficiais, de preferência nas academias militares de Portugal, sendo posta completamente de parte a formação intensiva de pessoas que directa ou indirectamente tivessem tido uma ligação com a guerrilha. Já temos o exemplo de Angola.

Caso venha a optar-se pela neutralidade, mesmo assim, haveria sempre a necessidade de efectivos policiais para a manutenção da ordem interna. É impensável, que Timor, um pequeno país, com problemas económicos importantes a resolver, irá gastar os seus

parcos rendimentos em armamento, frente a um vizinho e gigante militar que é a Indonésia.

Admitindo uma divisão administrativa confinada às regiões mais conhecidas, (Díli, Manatuto, Baucau, Lautém, Lospalos, Same, Ermera, Ainaro, Bobonaro, Suai, Liquiçá, Maubara, Oé-Cusse, Ataúro), podemos agrupar em três zonas administrativas, Leste, Centro e Oeste, cada uma com um governador; as regiões terão um administrador com funções equivalentes as do presidente da Câmara em Portugal. Os régulos, chefes de suco e de povoação, normalmente ocupados por autoridades tradicionais dependerão directamente dos administradores.

Todo o funcionamento desta organização política, obedece a princípios democráticos e de uma administração descentralizada, à semelhança do que se verifica em países civilizados, com as necessárias adaptações à realidade timorense.

A fase de transição é importante para a preparação das infraestruturas, como atrás se disse. A tarefa prioritária será o estabelecimento de uma rede viária boa que ligue todas as regiões a Díli; um bom aeroporto, e outras vias de comunicação. Uma boa estação de rádio e televisão que chegue a todos os locais.

De que depende o sucesso da Independência - O sucesso ou insucesso da independência, depende, assim, do sucesso ou insucesso da fase de transição. A grande questão para o sucesso da independência está, em primeiro lugar, no aproveitamento racional do tempo de transição para a formação de quadros qualificados, superiores, e, principalmente, médios e profissionais. Um país não vive só de doutores.- O exemplo de Cabo-Verde em que, neste momento, verifica-se um excesso de quadros licenseados em detrimento de profissões do sector médio e profissional. Conta-se um caso paradigmático que parece ter acontecido em cabo-Verde: Numa certa ocasião, a fechadura de uma porta de um serviço público encravou-se. Surpresa das surpresas, não havia ninguém que soubesse reparar tal avaria. Durante alguns dias, os funcionários entravam e saíam pelas janelas. Não sei se aconteceu, mas o que importa, é que, verdade ou mentira, esta história é conhecida. Mesmo que fosse inventada, não deixa de constituir motivo de reflexão, e, talvez, tivesse sido esta a ideia, de chamar a atenção para a necessidade de uma planificação sobre o sentido e necessidade da formação de quadros, com vista às necessidades reais de um país. - Depois, criação de infraestruturas económicas adequadas a exploração dos recursos do país, principalmente, o sector **agrícola, pesqueiro e turístico**, com vista a manutenção de um certo plafond mínimo condigno de subsistência para toda a população, eliminando situações crónicas de miséria. No sector da pequena indústria tradicional, incentivar a sua produção em moldes

industriais modernos e encontrar mercados para a sua colocação. A indústria tradicional de filigrana é um bom e belíssimo exemplo; a da cestaria outro; a dos tais (tecido tradicional), etc...só para citar algumas.

INDEPENDÊNCIA -

Considerações Gerais - Já não é segredo para ninguém o nervosismo da Indonésia ao tratar a questão de Timor-Leste. A indonésia vive problemas internos graves. Poucos recordarão o nome do general indonésio Yusuf. O homem citado por Xanana Gusmão no documento que venho citando algumas passasgens, advogando o diálogo com a guerrilha. Os duros do exército, Benny Murdani e Sutrisno, e ainda o comandante militar de Timor, general Theo Siafey, não conseguem disfarçar o seu nervosismo. Este último chegou ao desespero de acusar o representante do Secretário Geral das Nações Unidas, o Procurador Geral do Quénia, Amos Waco, de ter influenciado Xanana Gusmão, quando o visitou na prisão.

Benny Murdani dizia que Xanana Gusmão era um rato, um fora-de-lei, e comparava a Indonésia a um gigante. Neste momento, deve estar a sofrer de desgosto com a crescente importância de Xanana a nível mundial. A entrevista concedida por Ali Alatas ao semanário "Expresso", mostra uma mudança na postura indonésia, admitindo, para as negociações, omitir Timor como a 27ª província da Indonésia. Tudo isto soma pequenas vitórias para a Resistência.

Depois da sentença de Xanana, os poucos amigos da Indonésia no Parlamento Europeu, os eurodeputados holandeses Maxime Verhagen e Janssen van Haayin, promotores da Associação de Amizade Parlamento Europeu-Indonésia, convidaram o já demasiado conhecido Francisco Lopes da Cruz e o antigo presidente da Fretilin, Francisco Xavier do Amaral, que se entregou em 1979, - segundo consta, de tratador de cavalos de um general Indonésio, passou a tempo relâmpago para embaixador itinerante para questões de Timor - para justificar a sentença proferida contra Xanana. Mais um golpe de teatro para o mundo, mais um marketing político, que, felizmente, não surtiu efeito. Pelo contrário, manifestações em todo o lado a favor de Xanana vão fazendo eco das injustiças e monstruosidades da Indonésia.

Este é o cenário actual. E como acredito profundamente que todas as ditaduras têm um fim, acredito que a **INDEPENDÊNCIA DE TIMOR**, é já irreversível.

A organização política para depois da Independência, não diferirá muito da do governo de transição. Desaparece a figura do Alto Comissário substituído pela de um Presidente da República. Haverá a Assembleia da Nação Timorense costituída pelos deputados eleitos

por sufrágio universal. Haverá um governo presidido por um Primeiro Ministro. Um Conselho de Estado com a composição que atrás se referiu; quanto aos ministérios, serão tantos quanto os necessários para gerir as riquezas de Timor.

Quem conheceu Timor sabe bem quais são as riquezas mais importantes. Devido ao seu clima e a sua situação geográfica, possui óptimas condições para a agricultura. silvicultura e pecuária. Além disso, Timor detém uma paisagem paradisíaca com as suas praias, para o turismo. O mar rico em peixe, não esquecendo os corais. A riqueza mineral, mal explorada, durante o período colonial, como por exemplo: o cobre em Bibiçusso; ferro em Laleia e o ouro (quartzo aurífero), em Orlaquiri, Tubuloso e Turiscain. Para além disso tudo, temos o ouro preto, (petróleo). A primeira concessão para exploração do petróleo de Timor foi obtida pelo australiano Dodson que formou a Companhia Ultramarina de Petróleo, em 1939. Hoje, toda a gente sabe da riqueza que o mar de Timor possui, do ouro preto. O Célebre problema do Timor Gap.

A floresta timorense é constituída por algumas das espécies mais apreciadas de árvores que dão muito boa madeira, como o pau rosa, a teca, o sândalo branco, a cânfora, a árvore da quina etc.. A produção agrícola é riquíssima, produzindo todos os produtos tropicais e espécies hortícolas da Europa.

Há ainda muito mais a dizer. Timor tem as condições mais que óptimas para uma independência tranquila, necessitando apenas de uma coordenação de estudos de exploração das suas riquezas. Por tudo aquilo que se disse, penso que, durante os primeiros anos deve dar-se maior prioridade as explorações que não necessitem de enormes investimentos, mas que assegurem um rendimento razoável.

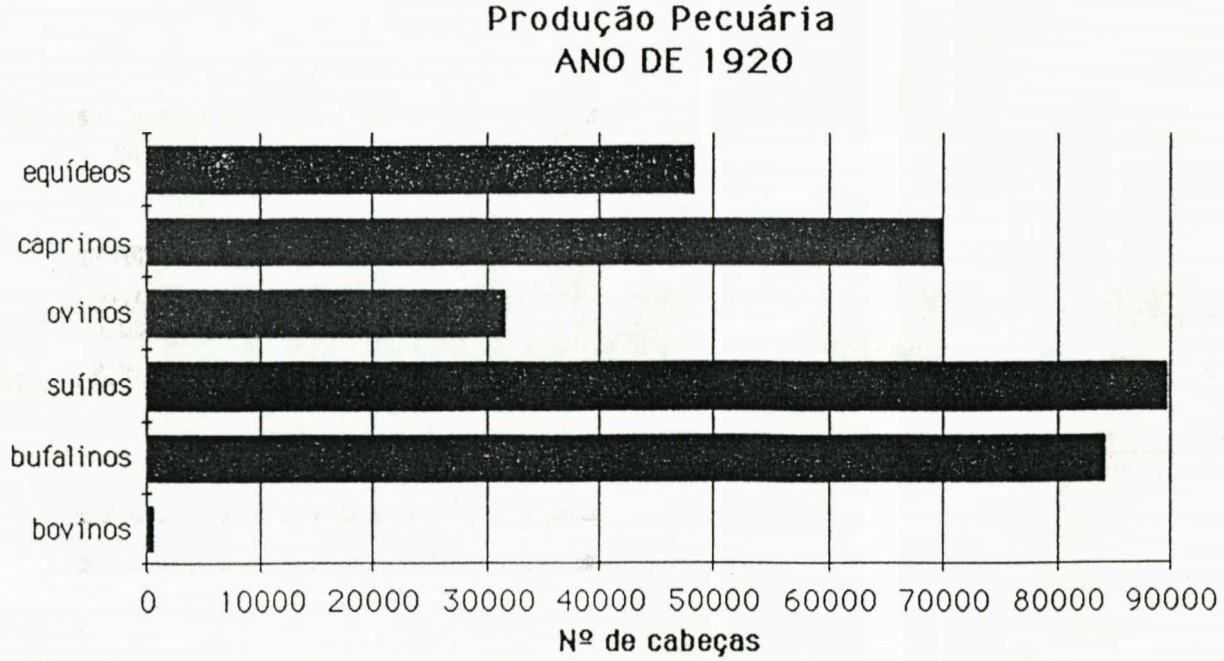
A organização dos ministérios em Timor deve ter em atenção alguns requisitos, que reputo de grande importância, como por exemplo o número da população, a área de Timor, a eficácia do ministério, e, principalmente, um ministério de estrutura leve e desburocratizada, para facilitar maior celeridade na resolução dos problemas. Outro requisito importante é evitar duplicações de ministérios. Sempre que possível, condensá-los num único ministério, aqueles que de uma forma ou outra se interligam. Evitam assim despesas inúteis e simplificam-se as áreas de actuação dos vários ministérios.

Assim, os ministérios mais importantes, seriam, 8 no total: Ministério do Turismo, do Mar e do Ambiente; Ministério da Agricultura, Florestas e Pecuária; Ministério do Petróleo e Minerais; Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério das Finanças e do Plano; Ministério das Obras Públicas e

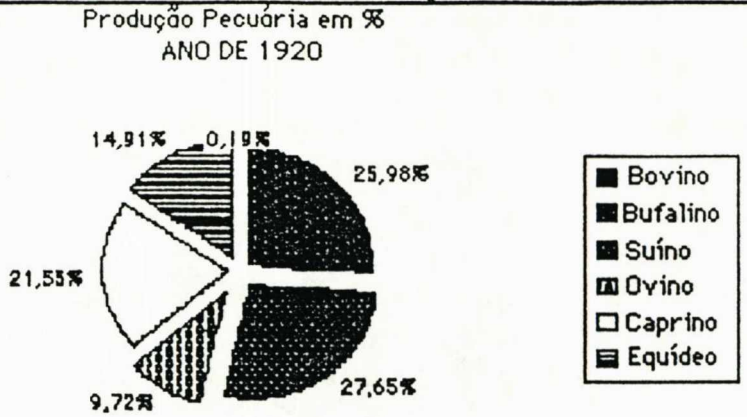
das Vias de Comunicação e o Primeiro Ministro. Em cada um dos ministérios, e desde que, critérios de absoluta necessidade e de eficácia o justifiquem, serão criadas secretarias de estado.

Sobre este tema, muito há para dizer. Requer um estudo aprofundado e comparativo de modelos de administração, e um estudo pormenorizado da realidade timorense, por forma a articulá-los e integrá-los na vida social, económica e política, dentro do quadro de um regime democrático e pluripartidário, que deverá ser necessàriamente, o futuro Timor-Leste Independente. Como é óbvio, não cabe no âmbito deste trabalho, que pretende tão só fornecer ideias e pistas para reflexão.

A seguir uma pequeníssima amostra, através de gráficos, para dar uma ideia da importância do sector pecuário, em Timor, nos anos de 1920 e 1952. Sei que as coisas em Timor mudaram muito, que os dados apresentados não correpondem à realidade actual.

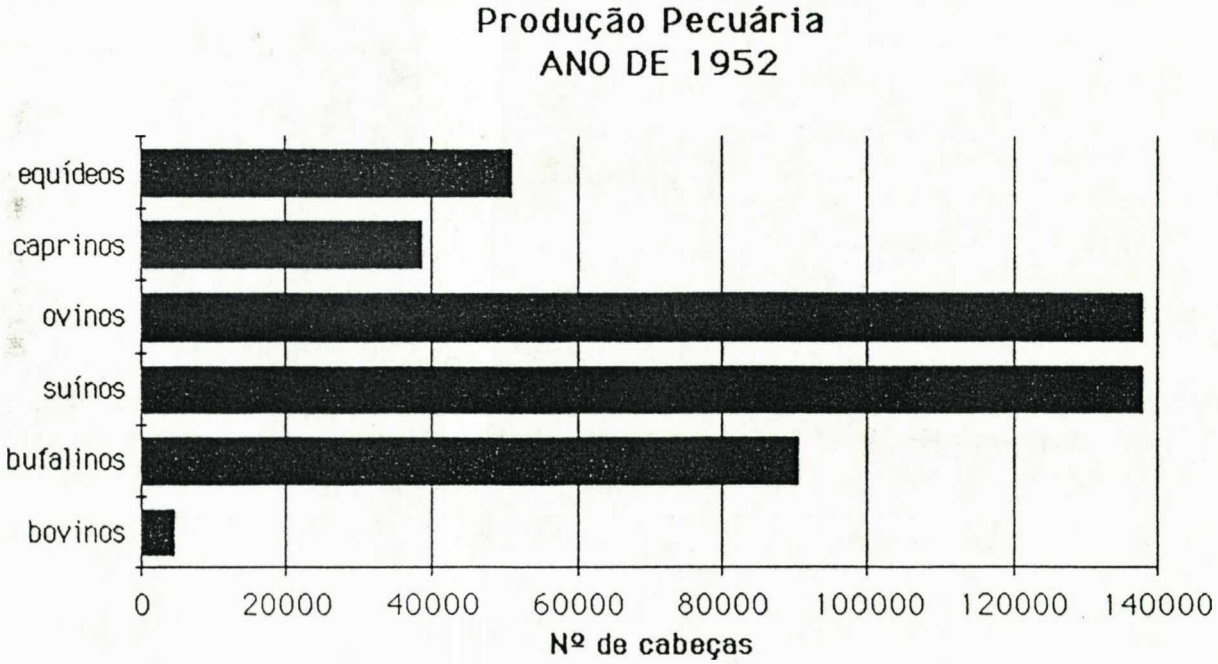


O que importa aqui é, tão só, dar uma indicação de que existe condições para o desenvolvimento deste tipo de gado, e, com assistência técnica, incentivar a sua produção, mais e melhor.



Em 1920, a produção de suínos atingiu as 90.000 cabeças, logo a seguir dos bufalinos, ocupando o terceiro lugar os caprinos. Em termos percentuais podemos verificar que, em 1920, os suínos ocupavam 27,65% da produção pecuária.

Em 1952, a evcolução desta actividade continua a demonstrar que a actividade pecuária é importante.



Os suínos, que em 1920 eram de 90.000 cabeças, em 1952 atinge 140.000. Os caprinos atingiram as 140.000 cabeças, ocupando, in exequo, o 1º lugar com os suínos. Os bufalinos permaneceram em 2º lugar. O nº de cabeças de gado na totalidade, em 1952 é de **461.201** cabeças para uma população de, em 1950 de 442.378 habitantes e 1954 de 465.000 habitantes, ou seja a média entre 1950 e 1954 era de **453.689**. Vejamos o gráfico comparativo dessa evolução nas várias espécies de gado nos dois anos citados:

O mesmo gráfico em termos percentuais de produção pecuária

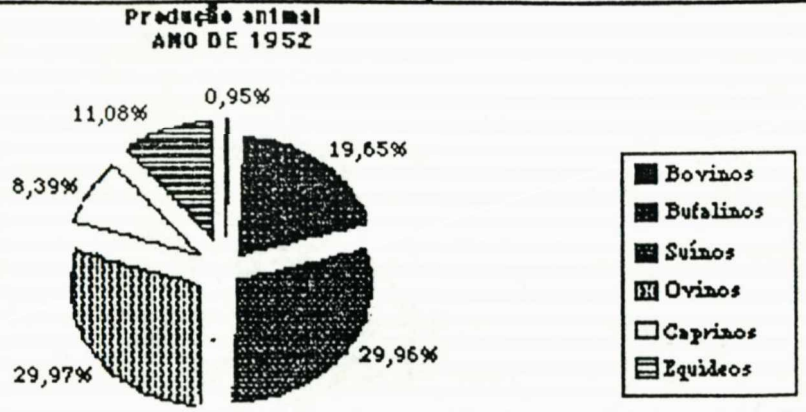
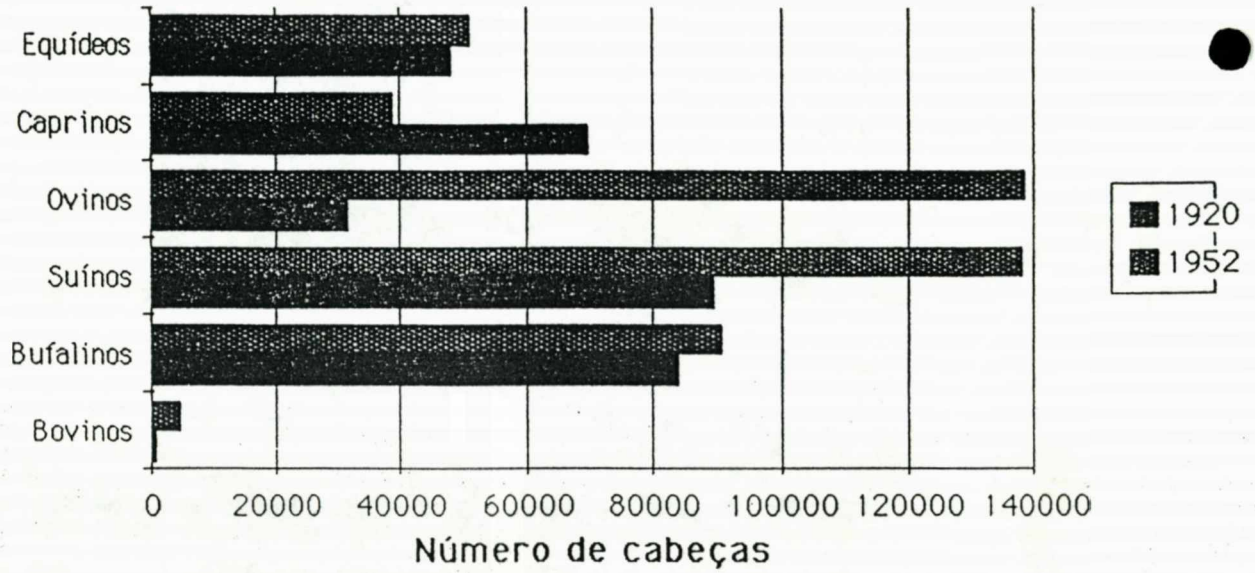


Gráfico comparativo



Observando este último gráfico, fica-nos a ideia de que a actividade pecuária tem u contributo importante a dar, no desenvilvimento económico do território. Outros trabalhos elementares como este, nos vários sectores, poderiam ser feitos se não fosse a escassez de tempo.

Granja do Ulmeiro, 8 de Junho de 1993.

A minha mulher e a minha filha Benedita

GASPAR DA COSTA SOBRAL

Rua Detrás da Quinta, 20, r/c Esquerdo, Granja do Ulmeiro, 3130 SOURE ☎ e Fax 039/66207